



Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
Procuradoria Geral do Município

**PARECER JURÍDICO**

EMENTA: CONSULTA ACERCA DA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE CLÍNICA NO LABORATÓRIO MUNICIPAL. SOLICITAÇÃO Nº 0029055, DATA 31/01/2025, EMITIDA PELA GESTÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de consulta feita pelo Agente de Contratação à respeito da possibilidade de contratação da empresa Control Lab Controle de Qualidade P Laboratório Ltda, para prestação de serviços de controle de qualidade clínica no laboratório municipal, via inexigibilidade de licitação, fundamentada no Artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

É o relatório.

**II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Cumprе ressaltar que o controle prévio de legalidade realizado por esta procuradoria toma por base tão somente os elementos constantes nos autos em análise e possui caráter estritamente jurídico, não adentrando aos demais aspectos envolvidos, como



**Estado de Minas Gerais**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**Procuradoria Geral do Município**

os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, oportuno registrar o teor Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

**Enunciado BPC nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Oportuno esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, tampouco de atos já praticados. Incumbe a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de atuação.

Neste sentido, deve-se salientar que eventuais observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

### **III- DA FUNDAMENTAÇÃO**

O procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade,





Estado de Minas Gerais  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
Procuradoria Geral do Município

da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Em regra, a Constituição Federal determinou no art. 37, inciso XXI, que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública devem ser precedidos por licitação, como se pode extrair da transcrição da redação do dispositivo ora citado:

Art. 37. (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação poderá ser afastada, dentre elas, na hipótese de inviabilidade fática da licitação por ausência de competitividade, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

I – aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

Verifica-se nesta hipótese que a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, vez que apenas uma empresa é capaz de atender às exigências da Administração no que concerne ao objeto que se pretende contratar.

Nesta hipótese de contratação direta, a impossibilidade de competição deverá ser comprovada da seguinte forma, nos termos da Lei 14.133/21:

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de **comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos**, vedada a preferência por marca específica.



**Estado de Minas Gerais**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**Procuradoria Geral do Município**

Diante do exposto, verifica-se que o presente caso se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133/2021. Conforme atestado emitido pela Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML), a empresa Controllab é a única fornecedora, em regime de exclusividade, de ensaios de proficiência voltados a laboratórios clínicos no Brasil, não havendo, portanto, viabilidade de competição para a contratação pretendida.

Ademais, foi verificado que no presente Termo de Referência juntado ao presente processo cumpriu os requisitos mínimos dispostos no Artigo 6º XXIII, da Lei 14.133/21, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

Ainda para embasar o procedimento de inexigibilidade de licitação, é preciso observar o disposto no artigo 72 da Lei nº 14.133/21, in verbis:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;





**Estado de Minas Gerais**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**Procuradoria Geral do Município**

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Ao analisar os documentos que integram a instrução do processo de contratação, verifica-se o cumprimento das exigências previstas na Lei nº 14.133/21. O processo contém a definição clara do objeto e suas justificativas, a autorização da Autoridade Competente para sua instauração, o documento de formalização da demanda, o estudo técnico preliminar, a pesquisa de preços, o termo de referência, a documentação de habilitação da contratada, bem como a comprovação da exclusividade da empresa no fornecimento dos insumos, assegurando a regularidade e a conformidade da instrução processual, obedecendo a documentação exigida pelos Artigos 72 e 74 da Lei 14.133/21.

Diante das premissas apresentadas, conclui-se que a Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, observou rigorosamente todos os requisitos legais e procedimentais aplicáveis ao presente processo licitatório, assegurando a regularidade e a plena conformidade da contratação pretendida.

Diante do exposto, conclui-se que os autos do procedimento encaminhado a esta assessoria atendem aos requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 para a contratação do objeto em epígrafe, considerando a documentação apresentada, que comprova a inviabilidade de competição devido à singularidade do serviço a ser contratado.

### **III. CONCLUSÃO**

ANTE O EXPOSTO, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os



**Estado de Minas Gerais**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**Procuradoria Geral do Município**


---

aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta, para a contratação de empresa Control Lab Controle de Qualidade P Laboratorios Ltda, por meio de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no art. 74, I da Lei nº 14.133/21, opinando, assim pelo regular prosseguimento da presente procedimento, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.


Cumpre ressaltar que a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura, conforme disposto no art. 94, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

É este o parecer, salvo melhor juízo.

Coromandel-MG, 16 de Abril de 2025.



**Elder Araújo Rodrigues**  
**Procurador-Geral do Município**



**Ana Carolina Gomes Valadares**  
**Advogada**  
**OAB 167.985**